

Dulce Rebelo

F.C.G. / U.A.

### **A SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: UM PROBLEMA EM ABERTO**

Qualquer enunciado proferido, ouvido ou lido é sempre constituído por palavras. Numa primeira abordagem podemos considerar as palavras como objectos perceptivos que devem ser reconhecidos, identificados e classificados.

Mas a palavra apresenta-se sob um duplo aspecto: o significante (combinação de fonemas ou grafemas) e o significado, ou seja, o sentido. Não é possível conceber uma palavra isolada do seu sentido. O signo verbal não se reduz a um padrão visual ou auditivo. A significação está nele integrada

No entanto, tal como outras unidades linguísticas (enunciados, discursos), a palavra remete para uma realidade extralinguística à qual faz referência: é a personagem de que se fala, o acontecimento que se discute, a ideia que se evoca, o projecto que se forma, o objecto que se designa. Marcar a distinção entre sentido e referência não é tarefa fácil, nem para linguistas nem para psicólogos. Uma palavra pode referir-se a um objecto, mas o seu sentido não se assimila ao objecto nem à relação que com ele mantém. Por um lado, conservando a palavra o mesmo sentido pode referir-se a uma infinidade de outros objectos (exemplos: cão, panela, etc.); por outro lado, duas expressões diferentes podem referir-se ao mesmo objecto sem terem o mesmo sentido. Veja-se o exemplo de Frege (1892, citado por Bronckart, 1983): "estrela da manhã" e "estrela da tarde" referem-se ao planeta Vénus, mas não têm o mesmo sentido.

Se é relativamente fácil afirmar que se conhece o sentido de uma palavra já não o é definir o que se entende por isso.

Em geral aceita-se que aquilo de que se fala difere daquilo que se diz e do mesmo modo se aceita que um sujeito é capaz de construir um conhecimento do referente pela recolha e elaboração de informações perceptivas, independentemente do discurso que pronunciar a seu respeito. Estes aspectos permitem atribuir valor de verdade aos enunciados e distinguir entre as descrições de um objecto ou de um acontecimento quais são as exactas e quais são as inexactas. Mas uma dúvida pertinente é sugerida pelos psicolinguistas: se o referente pertence à realidade extralinguística, será que pertence também ao extracognitivo?

A realidade extralinguística não é independente da cisão entre a experiência individual e os sistemas interpretativos que caracterizam os diferentes grupos culturais, e estão profundamente inseridos nas respectivas línguas. Esse o problema, pois se o referente pertence ao extralinguístico e não evidencia o cognitivo, o seu estatuto é ambíguo, dada a interpenetração entre o linguístico e o cognitivo.

Para sair deste impasse propõem alguns autores (cf. Bronckart, 1983, p. 104) que se distinga dois domínios no referente: o denotatum (esse objecto singular, estímulo de percepção) e o designatum (classe de objectos definidos em compreensão). No entanto, é complicado indicar um referente para palavras como "porque", "mas", "porém". Aliás, o referente de uma palavra não tem de se situar no momento actual, podendo fazer parte do possível ou do imaginário. Designações como "Pai Natal" ou "Gigante Adamastor", conhecidas na nossa cultura, pois sabemos do que se está a falar, levantam grandes dificuldades à elaboração de qualquer teoria da referência.

Subsistem os problemas essenciais quanto à significação:

- Como se define a significação da palavra?

- Como se representa na mente do indivíduo o sentido de uma palavra?

- Como se constroem as significações das palavras?

Averiguar o que é a significação implica análises que se situam em três domínios: o objecto, o sujeito psicológico e a língua, e todos eles se interpenetram. O objecto depende do sujeito que se apropria desse conhecimento, e é o sujeito que contribui para modelar o objecto em função da sua organização cognitiva; a língua exprime-se sobre o objecto e é o sujeito que a activa, falando.

Uma rede de implicações, como se vê.

As pesquisas desenvolvidas em psicolinguística, apoiadas em dados experimentais, procuram validar um certo número de hipóteses quanto aos problemas enunciados e contribuir para a redução dos obstáculos, de modo a criar-se uma noção mais exacta do que é o sentido de um termo lexical.

Os principais trabalhos, os mais importantes, começam a surgir no final dos anos 70 e representam as diversas tentativas para definir o sentido da palavra, tendo em conta dois aspectos: a aquisição das palavras e seu desenvolvimento semântico e a construção das significações e sua organização na memória.

As diversas concepções que presidem às teorias que exporei de forma breve, inspiram-se em correntes da linguística, na filosofia da linguagem, na informática e na psicologia experimental.

A significação da palavra será um conjunto de traços semânticos? Uma representação prototípica? Ou um conjunto de processos?

A investigação orientou-se sucessivamente pelas vias que sugerem as interrogações, dando origem às seguintes teorias:

- . Teoria dos componentes semânticos
- . Teoria da concepção proposicional
- . Teoria da semântica do protótipo
- . Teoria semântica dos processos.

### **Teoria dos componentes semânticos**

Tendo em conta que o conceito que representa o significado de uma palavra se define de modo diferencial em relação aos outros significados possíveis, o sentido de uma palavra será o conjunto dos traços pelos quais se diferencia das outras palavras da língua. Recorrendo aos dados fornecidos por experiências de associação verbal, Clark (1970) interpreta a produção de uma associação como uma operação que altera, adiciona ou suprime um ou mais traços. Assim, se à palavra homem for associada a palavra mulher só o traço ( $\pm$  masculino) é alterado o que, segundo o autor, explica a grande frequência de associações por contraste.

Entre os estudos que procuram comprovar a existência psicológica dos traços semânticos sobressaem os realizados sobre a aquisição da linguagem, onde se procura interpretar o desenvolvimento das significações do vocabulário como a apropriação progressiva pela criança dos diversos traços semânticos.

Em geral, quando se aborda o problema da aquisição do léxico, privilegia-se o aspecto quantitativo, referindo-se dois períodos distintos: o primeiro, de aquisição lenta, entre os 12 e os 18 meses (cerca de 22 palavras) e o segundo, de aquisição mais rápida, entre os 18 meses e os 3 anos (cerca de 1200 palavras).

As primeiras palavras do léxico pronunciadas pelas crianças estão sempre relacionadas com situações concretas e com objectos familiares. Embora seja difícil estabelecer critérios de correlação evolutiva entre as palavras soltas do início e o léxico organizado em categorias, que vão sendo progressivamente adquiridas, é o que alguns autores tentam fazer.

Duas atitudes ocorrem durante a aquisição do léxico: No início, quando a criança adquire uma nova palavra pode reservá-la apenas para um determinado objecto, reduzindo a extensão do sentido (hipoextensão). Como exemplo cito o caso de Cristina (2 anos) que chamava "dodo" a um cobertor azul, desbotado, macio, que lhe servia de chupeta para adormecer. Não englobava nessa designação qualquer outro cobertor que apresentasse algumas das características do primeiro. Mas pode ocorrer o contrário - a extensão abusiva (hiperextensão) do termo, quando a criança alarga o uso da palavra a uma infinidade de objectos. É o caso corrente das crianças que chamam "cão" a todos os animais, e não só os que têm quatro patas, ou "papá" a todos os homens que encontram.

Uma interpretação desta evolução lexical infantil consiste em considerar que a hiperextensão inicial é determinada pela semelhança que os referentes apresentam entre si. Eva Clark (1973) sistematizou esta interpretação, explicando a generalização do uso do mesmo vocábulo por analogia. Semelhanças de forma, cor ou volume determinam a extensão abusiva. As observações realizadas pela autora revelam que a palavra lua para determinada criança era o significante comum de lua, bola, arco, e a designação de tique-taque, aplicada inicialmente, por outra criança, a um relógio de cómoda, passou a designar todos os relógios, fosse qual fosse a sua forma ou volume, extendendo-se ainda a outros objectos como um contador de gás e um termómetro de parede.

A hiperextensão dá origem a relações metafóricas ou metonímicas. Uma determinada criança usa o vocábulo côcô (cantar de galo) para designar qualquer área musical, quer seja tocada no piano, no violino ou ainda num disco.

Tabouret-Keller (1977, p. 296), que se aproxima da interpretação de E. Clark, considera que as primeiras palavras infantis demonstram a inadequação da linguagem ao real, pois qualquer enunciação, mesmo constituída por uma só palavra, revela um processo metafórico de que nenhum termo da língua está isento. Além disso, as primeiras formas verbais, os primeiros significantes estão de tal modo ligados à situação em que são enunciadas que, fora dela, não é possível a sua compreensão. E. Clark explica as variações de sentido (hiperextensão e depois redução progressiva) pelo facto de no início a criança apreender apenas uma parte dos traços semânticos que constituem a significação das palavras, e só a aquisição de novos traços vai reduzindo progressivamente a sua extensão.

As variações da extensão de sentido são do maior interesse, pois revelam a evolução de uma característica fundamental da significação: a aplicação pertinente da palavra aos referentes que designa.

As palavras de uma dada língua têm a característica geral (exceptuando os nomes próprios) de se aplicarem a referentes que não são idênticos ou, se o são, apresentam-se múltiplos. As normas linguísticas definem (com alguma variação e incerteza) o campo dos referentes a que cada palavra deve aplicar-se.

De acordo com a teoria que venho expondo, as novas aquisições da criança organizam-se num núcleo de relações que se formam a partir das primeiras palavras. Assim, de "papá" e "mamã", com várias adjunções, começam a organizar-se as grandes categorias e as oposições fundamentais: masculino/feminino, familiar/estranho, humano/não humano, etc. Por altura dos 2 anos surgem as aquisições de pares de opostos: limpo/sujo, grande/pequeno, menino/menina e também as noções de espaço e tempo que se vão enriquecendo até aos 5-6 anos.

Várias pesquisas se ocuparam da cronologia e simetria da aquisição dos pares de opostos (Donaldson e Balfour, 1968; Eva Clark, 1973 e 1976). O

que merece realce nestes estudos é verificar que os dois termos de um par não são adquiridos em sincronia. O termo considerado semanticamente positivo é usado antes do termo negativo. Durante algum tempo, o termo negativo é usado como sinónimo do positivo; só mais tarde a criança se apercebe das relações de contraste entre os dois termos. Por exemplo, na oposição alto/baixo as crianças apercebem-se dos critérios + espacial e + vertical, mas não de + elevação (alto) e - elevação (baixo). Deste modo, grande é adquirido antes de pequeno, mais antes de menos, quente antes de frio e assim por diante.

A combinação de traços semânticos (nitidamente inspirada na fonologia) proporciona modelos de análise interessantes e por isso a minha descrição foi relativamente minuciosa, mas há lacunas a apontar de que ressalto as seguintes:

- Os exemplos apresentados não são em número suficiente para se extrair uma regra geral quanto ao uso das primeiras palavras.
- Se são poucas as palavras (como confirma E. Clark) a que se aplica a hiperextensão, ainda é mais difícil determinar a hipoextensão, pois as respostas infantis nem sempre acontecem.
- A escolha dos traços semânticos não é devidamente justificada, nomeadamente no que respeita aos traços positivos e negativos.
- É difícil definir quais são os traços elementares que diferenciam o sentido de uma palavra do sentido de outras palavras afins.

Acrescente-se ainda que as observações referidas por E. Clark nem sempre são confirmadas em outras experiências. A criança que usa abusivamente a palavra "cão" para quase todos os animais, sabe no entanto distinguir o cão num conjunto de animais.

As experiências que serviram de base a esta teoria demonstram que existem entre as palavras relações de semelhança ou diferenças de complexidade, mas não são claras quanto ao facto de esta semelhança ou esta complexidade terem de ser analisadas em termos de traços distintivos.

Pelas razões enunciadas alguns autores (ver Carey, 1982) consideram que a hipótese dos componentes semânticos não explicita como se processa o desenvolvimento semântico das palavras.

### **Teoria da concepção proposicional**

Uma outra via é seguida por Kintsch (1974), ao definir o sentido da palavra como uma lista de propriedades.

A unidade semântica de base é a proposição, que é uma relação (ou predicado) que concerne um ou vários termos (ou argumentos). O predicado pode compreender um só argumento, ou vários, como se verifica nos seguintes exemplos:

1. O lobo uiva : uivar (lobo) - um argumento
2. O padeiro coze o pão no forno : cozer (padeiro, pão, forno) - três argumentos.

Para Le Ny (1979), a predicação é a operação mais importante de todas as actividades semânticas. As relações entre predicados e argumentos apresentam-se sob as mais diversas formas, que os seguintes exemplos do autor ilustram:

1. A Bretanha é húmida  
predicado : adjectivo  
argumento: nome



2. A Inglaterra é uma ilha

predicado : nome comum  
argumento: nome próprio

3. A Terra gira

predicado : verbo intransitivo  
argumento: nome

Nestas frases o predicado só usa um argumento, mas podem surgir dois ou mais argumentos como ocorre nas seguintes frases:

4. João observa a paisagem

predicado : verbo transitivo  
2 argumentos: o que observa e o que é observado

5. João dá um livro a António

predicado : verbo transitivo que requer  
3 argumentos: quem dá, a quem dá e o que se dá

Nas frases citadas são usadas como predicados várias categorias bem determinadas de palavras. Será que a noção de predicado engloba sempre um conjunto de categorias lexicais determinadas, como nomes, adjectivos, verbos?

A análise de diferentes frases leva Le Ny a concluir que nem o predicado nem o argumento correspondem sempre a um conjunto determinado de categorias lexicais. O predicado e o argumento designam funções no enunciado, de que resulta a significação.

O esquema proposicional facilita a descrição da significação das palavras e das frases. A significação de uma palavra representa-se sob a forma de uma lista de proposições em que cada termo remete para uma nova lista e assim continuamente. Esta lista reúne o conjunto de conhecimentos que estão associados à palavra.

Os dados experimentais em que Kintsch se apoia têm por objectivo determinar a validade psicológica da proposição. No entanto, ao identificar a organização do léxico com a organização dos conhecimentos do sujeito, o autor assimila a palavra a uma etiqueta, aplicada a um certo conteúdo conceptual, e esquece certos aspectos linguísticos da significação, não tendo em conta as relações que a palavra estabelece com outras unidades do sistema da língua.

Também esta teoria não parece ser capaz de resolver o problema da significação da palavra.

### **Teoria da semântica do protótipo**

A versão da teoria da semântica do protótipo que vou expor corresponde às primeiras formulações apresentadas por E. Rosch (1973) e seu grupo de investigadores nos anos setenta. Mais tarde, os próprios iniciadores mudaram um pouco a orientação seguida e renunciaram em parte às teses defendidas para descrever a organização interna das categorias. Mas é a versão inicial a mais conhecida e a mais expandida, pelo que se torna útil dar a conhecê-la, como aliás sublinha Kleiber (1990), que fez uma apreciação crítica, muito completa, desta teoria.

As palavras representam conceitos que definem categorias que se apresentam pouco precisas. Para resolver esta questão, Eleanor Rosch (1976) desenvolve a noção de protótipo com a dimensão correspondente de tipicalidade.

Um protótipo é uma sub-categoria que constitui uma melhor representação da categoria do que as outras sub-categorias. A ideia fundamental é que as sub-categorias não são constituídas por membros "equidistantes", em relação à categoria, mas comportam membros que são melhores exemplares do que

outros. Algumas experiências realizadas pela própria autora, ou sob a sua influência, fornecem dados que são para reflectir.

Uma experimentação consistiu em perguntar aos sujeitos qual das sub-categorias "pardal", "andorinha", "águia", "faisão", etc., era mais representativa da palavra ave, e qual das sub-categorias "maçã", "pêssego", "azeitona", "melão", "tomate", etc., era mais representativa da palavra fruto.

As respostas foram coincidentes. Isto é, o sentido das palavras ave e fruto não resulta de um conjunto de carecterísticas que definam cada uma delas, mas de uma representação particular, não analisável, dessas palavras (ex.: come-se no fim da refeição, é doce ou ácida, etc., para fruto).

A ordem das preferências revela o grau de tipicidade de uma sub-categoria em relação à categoria superordenada. Para a categoria fruto, por exemplo, os sujeitos inquiridos por E. Rosch indicaram a maçã como o melhor exemplar e a azeitona como membro menos representativo.

O grau de tipicidade das sub-categorias desempenha um papel determinante na apreciação dos sujeitos. São as categorias ou atributos, que as sub-categorias possuem em comum, que determinam a sua semelhança mútua. São também as características ou atributos, que uma subcategoria possui em comum com a categoria superordenada, que leva a avaliar a primeira como típica ou prototípica em relação à segunda.

Os resultados das experiências que foram refeitas com sujeitos franceses (M. Denis, 1978; F. Cordier, 1980) revelam uma grande estabilidade, um consenso bastante amplo entre os sujeitos de uma mesma comunidade.

O objectivo da semântica do protótipo é precisamente descrever estas zonas de saber prototípico partilhado pelos diferentes sujeitos humanos.

No entanto, várias críticas têm sido dirigidas a esta teoria (cf. Caron, 1989), considerando-se que as experiências efectuadas não são de molde algum concidentes quanto ao que se pretende extrair delas.

As noções de tipicidade e de protótipo têm apenas um valor descritivo, não se tornando possível determinar qual o seu verdadeiro estatuto psicológico.

### **Teoria semântica dos processos**

Alguns autores (Clark et Clark, 1977; Johnson-Laird, 1977, 1982), inspirando-se na pesquisa sobre a inteligência artificial, concebem o funcionamento da linguagem como uma linguagem de programação que fornece ao computador sequências de instruções que comandam uma série de processos.

A definição de todos os significados baseia-se na noção de processo, ou seja, um conjunto de operações de decisão. Conhecer a significação de uma palavra é saber usá-la, e a significação define-se pelo emprego da palavra, pelos processos que intervêm na escolha desse uso. Assim, o sentido de uma palavra não se define como um conteúdo mental, que a palavra evoca, mas antes como um conjunto de processos que, de acordo com o contexto em que se aplicam, podem originar "efeitos de sentido" diferentes.

Esta teoria, em relação às anteriores, apresenta maior amplitude na sua definição do sentido de uma palavra, pois valoriza a influência do contexto, as diversas formas de uso da linguagem e ainda os aspectos da extensão da significação, mediante processos de denominação ou de identificação. Além disso, possibilita a abordagem da significação dos termos funcionais (determinantes, pronomes, conjunções, etc.) ainda pouco estudados em semântica psicológica.

Os termos funcionais, desprovidos de conteúdo, não se referindo a nada, não remetendo para qualquer conjunto de conhecimentos, constituem uma parte fundamental do léxico. São elementos que têm múltipla funcionalidade pois apresentam grande diversidade de valores, conforme os contextos, e, numa dada ocorrência, assumem simultaneamente um conjunto de funções.

O sentido destes termos funcionais é o produto de uma construção elaborada no momento do seu emprego, dependendo estreitamente do contexto, não só do contexto linguístico mas também da situação de comunicação em que são enunciados.

Apesar das características positivas, a teoria da semântica dos processos apoia-se sobretudo em argumentos teóricos e simulações no computador, carecendo de dados experimentais suficientes que tornem válidas as suas propostas.

### **Conclusão**

Finalizada a apresentação das teorias interpretativas da significação das palavras, de modo aliás muito sucinto, algumas observações me parecem pertinentes:

1. Certas palavras apresentam ambiguidade lexical. Assim, uma palavra ambígua corresponde de facto a várias unidades lexicais distintas (ex.: canto e canto).
2. Muitas palavras comportam grande variedade de sentidos, o que dificulta uma separação nítida entre eles.
3. A polissemia não é um fenómeno excepcional, mas geral, consistindo muitas vezes numa modulação do sentido conforme o contexto.

Bransford e seus colaboradores (1976) puseram em evidência, experimentalmente, esta flexibilidade semântica, concluindo que as palavras

em si mesmas não são portadoras de significação. A significação é uma representação construída em função das instruções fornecidas pelas palavras. O sentido das palavras reside no modo como permitem estruturar um domínio extralinguístico particular. Por sua vez a metáfora é um caso particular da flexibilidade semântica.

Todos estes aspectos: flexibilidade semântica, ambiguidade, metáfora, são difíceis de conciliar com a hipótese de uma significação lexical invariante ligada a cada palavra. Isto significa que o problema da significação da palavra continua em aberto.

Novas vias de investigação tendem a esbater a distinção clássica entre sentido e referência, numa perspectiva diferente daquela que foi adoptada pelas teorias semânticas atrás descritas.

A pesquisa realizada por autores de diferente formação contribui para nos apercebermos de que a semântica lexical não pode ser estudada de forma isolada. Afinal a palavra funciona num contexto, e é certamente a outro nível - o da frase - que as significações do léxico têm de ser entendidas.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRANSFORD (J.D.)

etalli - 1976 - Contexte, compréhension et flexibilité sémantique - quelques implications théoriques et méthodiques, S. Ehrlich e E. Tulving (ed.) Bulletin de Psychologie (La mémoire sémantique).

BRONCKART (J.P.)

etalli - 1983 - Psycholinguistique de l'enfant, Paris: Delachaux et Niestlé.

CAREY (S.)

1982 - Semantic development: The state of the art, E. Wanner e L. R. Gleitman (ed.). Language Acquisition: the state of the art, Cambridge: University Press, 347-389.

CARON (J.)

1989 - Précis de Psycholinguistique, Paris: PUF.

CLARK (H.H.)

1970 - Word associations and linguistic theory, J. Lyons (ed.). New Horizons in Linguistics, Harmonds Worth: Penguin Books, 271-286.

CLARK (E.V.)

1973 - What's in a word? On the child's acquisition of semantics in his first language, T. E. Moore (ed.). Cognitive Development and the Acquisition of Language, N. York: Academic Press, 65-110.

CLARK (E.V.)

1976 - Acquisition du langage et représentations sémantiques, Bulletin de Psychologie (La mémoire sémantique), 219-224.

CLARK (H.H.) e CLARK (E.V.)

1977 - Psychology and Language: an introduction to psycholinguistics,  
N. York: Hascourt Brace Jovanovich.

CORDIER (F.)

1980 - Gradients de prototypie pour cinq catégories sémantiques,  
Psychologie Française, 25, n° 3-4, 211-219.

DENIS (M.)

1978 - Normes catégorielles pour un échantillon de 16 termes généraux,  
Documents ERA, 235, n° 125, Paris VIII.

DONALDSON (M.), BALFOUR (G.)

1968 - Less is more: a study of language comprehension in children,  
British Journal Psychology, 59, 461-472

FREGE (G)

1971 - Sens et dénotation, trad fr - in Ecrits Logiques et Philosophiques,  
Paris: Seuil

JOHNSON-LAIRD (P.N.)

1977 - Psycholinguistics without linguistics, N.S. Sutherland (ed.),  
Tutorial Essays in Psychology

JOHNSON-LAIRD (P.N.)

1982 - Propositional representations, procedural semantics, and mental  
models, Mehler, Walker and Garrett (ed.) - Perspectives on Mental  
Representation, Hillsdale, NY: L. Erlbaum, III, 131.

KINTSCH (W.)

1974 - The Representation of Meaning in Memory, Hillsdale, NY: L.  
Erlbaum.



KLEIBER (G.)

1990 - La Sémantique du Prototype, Paris: PUF

LE NY (J.F.)

1979 - La Sémantique Psychologique, Paris: PUF

ROSCH (E.)

1973 - Natural categories, Cognitive Psychology, 4, 328-350

ROSCH (E.)

1976 - Classifications d'objets du monde réel: origines et représentations dans la cognition, Bulletin de Psychologie (La mémoire sémantique), 242-250.

TABOURET-KELLER (A.)

1977 - Comparaisons interlangues et problèmes du bilinguisme, J.P. Bronckart, et alii - La Genèse de la Parole, Paris: PUF, 269-313.